

MANIFESTO

**INVESTIR NA EDUCAÇÃO NÃO É UMA DESPESA!
CORTAR NO QUE É VITAL ÀS ESCOLAS
PROVOCA RUPTURAS INSANÁVEIS**

Sem uma política claramente definida e sujeita a um crónico sub-financiamento, que agora se pretende reduzir ainda mais, a Educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos, disso se ressentindo os estudantes e as suas famílias, os profissionais da Educação, a organização pedagógica e o normal funcionamento das escolas, a qualidade do ensino...

Nunca, porém, como se pretende para 2011, houve intenção de impor cortes tão acentuados, brutais mesmo, com consequências que se adivinham de elevada gravidade. A redução directa das verbas para a Educação em 11,2%, a que acrescem reduções indirectas, designadamente através da redução das transferências para as autarquias o que, afectando todas, se sente com particular gravidade nos municípios mais pequenos e do interior do país – situados em zonas com menos recursos, logo mais fragilizadas, e onde têm sido encerradas mais escolas e deslocados mais alunos –, provoca sérias preocupações nas organizações que subscrevem este Manifesto.

As medidas ditas de racionalização que fazem parte da proposta de Orçamento de Estado para 2011, a aplicarem-se, constituirão fortes e graves constrangimentos ao normal funcionamento das escolas, pois implicarão a redução no que já não pode ser mais reduzido: horas para as escolas se organizarem e darem respostas de qualidade nos planos educativo, sócio-educativo e social; condições e verbas para que funcionem sem rupturas; profissionais docentes e não docentes, aqui incluídos assistentes técnicos, assistentes operacionais, psicólogos, terapeutas, assistentes sociais, entre outros.

Os sinais são inequívocos: continuarão a encerrar escolas, serão criados novos megagrupoamentos por razões estritamente economicistas, alunos com necessidades educativas especiais manter-se-ão sem os apoios ao nível profissional e técnico, de que necessitam ou perdê-los-ão, famílias empobrecidas pela actual situação de crise terão ainda menos recursos para que os seus filhos se mantenham na escola, agravar-se-á a instabilidade e insegurança que grassa nos estabelecimentos, por força da carência e/ou crescente precariedade de quantos nela exercem actividade, e o risco de aumentarem os casos de indisciplina e violência em espaço escolar.

Cortar nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais, financeiros –, e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré-Escolar a partir dos três anos; impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a lei determina, da Educação Sexual nas escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos!

Apesar de o poder político, tantas vezes, brandir relatórios internacionais e exemplos meritórios de outros países, escassas têm sido as ocasiões em que uns são respeitados e outros seguidos



CINEPE

ONAESB
Associação de Professores de Ensino Secundário e Superior



SE

SINTELEPROFESSORES DE PORTUGAL



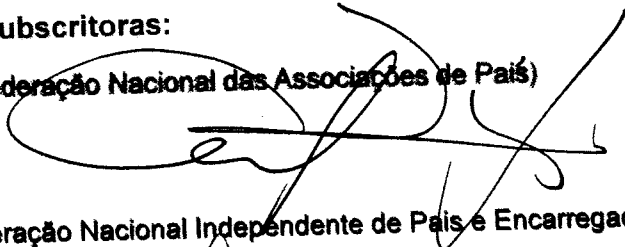
Handwritten signatures and initials:
JPH
AM
Mg
Bry
Luis Garcia
J

É em defesa de um efectivo investimento na Educação, que as entidades subscritoras se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que estas entidades que intervêm na Educação se unem; é contra os cortes cegos que têm lugar, grande parte em aspectos que são vitais às escolas e, por essa razão, potenciando rupturas insanáveis no seu funcionamento que nos dirigimos ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, aos Senhores Deputados, à Senhora Ministra da Educação e ao Governo em geral, à Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação e a todos e todas os/as Portugueses/as.

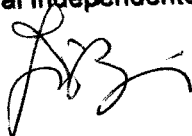
Lisboa 18 de Novembro de 2010

As entidades subscritoras:

CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais)



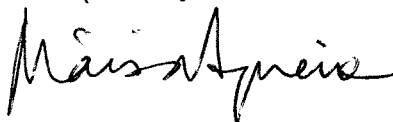
CNIPE (Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação)



DNAEESB (Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico)



FENPROF (Federação Nacional dos Professores)



FNSFP (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública)

Luis Pedro Correia Pires

SIEE (Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino)



SNP (Sindicato Nacional dos Psicólogos)



STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local)

